

# Negociação com bancos sem o FMI depende de Sarney

JORNAL DE BRASÍLIA

A hipótese de o Brasil renegociar a dívida externa com os bancos, sem um acordo prévio com o FMI, "depende de uma decisão política do presidente José Sarney", disse ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. Ele disse também que esse final de ano será decisivo para definições neste campo, a partir da divulgação do "pacote" econômico atualmente em estudo, o que acontecerá após as eleições. Informou que o "pacote" será o retrato da política econômica do governo e será apresentado ao FMI — "que pediu para ver".

Já com os bancos — que exigem o aval do FMI para renegociar —, Carlos Eduardo de Freitas afirmou: "Manifestamos para eles (os banqueiros) o nosso interesse em que dispensem o aval do Fundo. Enquanto apenas negociadores, há a concordância, porém, eles temem pelos seus cargos e sobretudo pelo futuro, onde sempre há o risco do acordo fracassar", afirmou o diretor do BC. Os bancos não gostariam de abrir um precedente, dispensando o FMI — foi a pergunta. Freitas responde que um precedente já houve, quando negociaram com a Venezuela. "Para que se encontre uma solução é preciso que haja um problema", assinalou Freitas, entendendo que este é um problema a solucionar.

## Viagem

Freitas prosseguiu dizendo que o adiamento da viagem do presidente do Banco Central, Fernão Bracher, a Nova Iorque (onde está a sede do Comitê Assessor dos bancos credores) antes prevista para a segunda quinzena de novembro foi motivado apenas por questões de agenda, acrescentando que Bracher toma voo aos Estados Unidos no início de dezembro. Para o dia 20 próximo, está sendo prevista a chegada do banqueiro Douglas Smee, do subcomitê de economia do Comitê Assessor. Ele vem para analisar o fechamento do informe trimestral "Programa de Ajustamento" econômico brasileiro, que serve de instrumento de informação da comunidade financeira internacional.

## Estudos

Outra pergunta colocada a Carlos Eduardo de Freitas, a respeito do relending (repasses de divisas a entidades estatais e privadas, quando estes recursos forem negociados entre o BCE e os bancos), ele disse que o assunto se encontra em estudos "sérios" no Banco Central e nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Porem, acrescentou, "no

último acerto, em agosto, ficou acordado com os bancos que o relending deveria se subordinar à política econômica do governo e não deveria servir de instrumento de ganhos anormais para os bancos. Sob esta moldura o governo brasileiro vai discutir o relending quando negociar a Fase III". E disse mais: "O disciplinamento do relending é importante porque o sistema interfere na condução da política monetária e fiscal do País". "Ele é vantajoso para os bancos porque através dos repasses eles mantêm as operações com seus clientes, mas pode se tornar nocivo para o País "porque pode redundar em custos extras para os tomadores internos", enquanto que — como fator positivo — contribui para o retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional".

## Descontrole

Freitas explica que dar total liberdade aos bancos nacionais e as empresas na tomada de recursos externos, pelo relending, traz em si o risco de descontrole monetário, na medida em que obriga o Banco Central a liberar cruzeiros na compra dos dólares, com um agravante quando os tomadores internos passam a aceitar qualquer taxa adicional na tomada do empréstimo. Isso já aconteceu com entidades governamentais e empresas oficiais. Para evitar abusos, o BC proibiu que dólares sejam repassados a empresas estatais. Freitas disse ainda que o Banco Central dispõe de cerca de US\$ 2,3 bilhões que podem ser repassados a empresas privadas, originários da Fase II de renegociação da dívida externa, "mas não está havendo demanda", seja porque os bancos estrangeiros selecionam muito os clientes seja porque estes rejeitam os recursos.

## Monitoramento

Quanto ao "monitoramento", exigido pelos bancos para renegociar com o Brasil, Freitas afirmou que o governo brasileiro "quer colocá-lo dentro de regras de forma que ele não venha a significar a interferência do FMI na política econômica interna". Porém, disse que o assunto "está parado", aguardando o reinício das negociações com os bancos credores. Por outro lado, disse o diretor do Banco Central, o FMI está questionando o "monitoramento", no sentido de que o seu próprio estatuto não prevê esse tipo de atribuição. Os bancos estrangeiros reivindicam que o Fundo faça relatórios periódicos sobre o desempenho da economia brasileira durante a vigência do acordo de renegociação da dívida, daí o termo "monitoramento".